

CONTRATAÇÃO DIRETA

Relatório de Instrução Processual Mínima

Processo Administrativo nº
xx.xxx.xxx/xxxx

DADOS DO CONTRATO

1 – Modalidade de Licitação: xxx/20xx	Contratação Direta: <input type="checkbox"/> Inexigibilidade (X) Dispensa
2- Base Legal: Lei Federal nº 14.133/21, art. 75, Inciso _____ [inciso I ou inciso II] – Dispensa por Valor	
3- Objeto da Contratação:	
4- Prazo de execução:	
5- Valor:	
6- Termo de Referência nº xxx	

INSTRUÇÃO PROCESSUAL		SIM	NÃO APLICÁ VEL	FLS.	OBS. Nº
1	Consta justificativa acerca da necessidade de contratação?				
2	Foi concedida preferência pela contratação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do art. 11 do Decreto Rio nº 50.797/2022, ou há justificativa de inviabilidade da adoção desse procedimento?				
3	Consta declaração expressa da autoridade competente configurando dispensa em razão do valor, devidamente atualizado para o ano em curso (art. 182 da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
4	Consta autorização da autoridade competente da Pasta/Entidade para a contratação direta, disponível em sítio eletrônico oficial (art. 397 do RGCAF; art. 37, <i>caput</i> , da CRFB; art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
5	Consta Projeto Básico /Termo de Referência e, se for o caso, Estudo Técnico Preliminar, devidamente aprovado pela autoridade competente (art. 6º, inciso XXIII, art. 40, § 1º, e art. 72, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
6	Consta estimativa de despesa, calculada na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 72, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
7	Consta justificativa do preço, por meio de pesquisa de preços, dentre os de mercado, em atendimento ao princípio da economicidade (arts. 23 e 72, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				

CONTRATAÇÃO DIRETA

8	O valor da contratação foi aferido à luz dos critérios arrolados no artigo 75, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021? Consta atestado fornecido pela Secretaria/Entidade de que eventual fracionamento do objeto pretendido por esta contratação direta não ultrapassa os somatórios previstos no art. 75, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021?				
9	Consta demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
10	Consta a declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000)?				
11	Houve divulgação de aviso de dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial, na forma do art. 12 do Decreto Rio nº 50.797/2022, ou justificativa da inviabilidade da adoção desse procedimento?				
12	Consta documentação que demonstre habilitação e qualificação mínima necessária da contratada, cuja validade, completude e autenticidade já tenham sido atestadas pela Secretaria (art. 72, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
13	Consta consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, com a demonstração de que a contratada não possui impedimento para participar de licitação e contratar com a Administração Pública?				
14	Consta justificativa quanto à razão da escolha do fornecedor ou executante (art. 72, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
15	Consta comprovação da prestação da garantia contratual (arts. 447 e 457 do RGCAF e art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021) ou dispensa na forma do § 4º do art. 445 do RGCAF?				
16	Consta Parecer da CODESP, na forma do Decreto Rio nº 47.071/2019, ou foi atestado pela Pasta que não se trata de contratação com mão de obra preponderante?				
17	Constam os anexos previstos no Decreto Rio nº 50.797/2022 e eventuais alterações promovidas por meio de Resolução PGM?				

CONTRATAÇÃO DIRETA

18	Consta demonstração da entrega do Questionário Eletrônico de Integridade Pública para Fornecedores e Colaboradores Externos devidamente preenchido, conforme o art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021?				
19	Consta minuta-padrão aprovada pela PGM?				
20	Consta Declaração de Conformidade, preenchida de acordo com o padrão do Anexo I do Decreto Rio nº 50.797/2022?				
21	As alterações na minuta-padrão de contrato foram indicadas e justificadas?				
22	O termo de referência contempla os elementos constantes do art. 41 do Decreto Rio nº 51.629/2022?				

OBSERVAÇÕES:

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)